

# Audiência pública mostra os desafios do novo Plano Diretor

ANGELO AUGUSTO SANTI  
asanti@jj.com.br

Durante a audiência pública que aconteceu na última quinta-feira (12), na Câmara de Jundiá, 37 munícipes foram ouvidos pelos vereadores e pelo gestor de planejamento urbano e meio ambiente da prefeitura, Sinésio Caraballo Filho. O objetivo era que a população trouxesse suas necessidades e sugestões para serem discutidas e incluídas no Plano Diretor Participativo do município.

O urbanista Jaderson Spina aponta que um dos assuntos mais complexos do Plano Diretor é a questão envolvendo as áreas rurais localizadas próximas a mananciais, como nos casos do bairro do Caxambu e da bacia do Capivari, na divisa de Jundiá com Itupeva. "Moradores dessas regiões querem melhorias, urbanização e ocupação dos seus bairros e isto é um direito deles. Porém, é necessário que isso seja feito a partir de estudos e com responsabilidade ambiental, promovendo reuniões entre moradores e especialistas em meio ambiente. A participação da



Questões como regularização fundiária e urbanização foram trazidas por diversos munícipes à Câmara de Jundiá durante a audiência pública realizada

DAE S/A é de suma importância nesse processo, podendo colaborar com os estudos e fornecendo técnicos em

áreas específicas", completa.

O vereador Cristiano Lopes (PSD), presidente da Comissão Especial do Plano Dire-

tor no Legislativo, defende que, após a aprovação do plano, sejam realizadas estratégias regionais, de acordo com

as necessidades específicas de cada bairro. "Poucos assuntos foram polemizados durante a audiência, o que significa que

a proposta está atendendo a maioria do município. A questão dos planos regionais é muito importante, pois a cidade é muito grande e cada área tem características muito diferentes das outras. Assim que esse Plano Diretor for aprovado, iremos estudar quais regiões têm maior necessidade de se tomar medidas específicas", comenta.

Sinésio diz que as propostas do Plano Diretor estão coerentes e adequadas às necessidades do município e já podem começar ser colocadas em prática. "O projeto de lei será encaminhado à Câmara dos vereadores, que poderão fazer emendas baseadas nas informações e sugestões trazidas pelos munícipes na audiência pública. O mais importante é que o próximo passo seja a implantação dessas medidas, principalmente no que diz respeito à correção de irregularidades, como no caso dos lotes clandestinos em zonas rurais. O plano é conciso e tem por objetivo reduzir conflitos", afirma.

Um segundo encontro será realizado na próxima quarta-feira, 18, também na Câmara de Jundiá.